

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO.**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 053/2023

Processo 12316/2023

LOGRAR ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.519.433/0001-89, com sede na Rua Dionísio Rosendo, nº 81, Centro, Vitória/ES, vem, por intermédio do seu representante legal, com todo respeito e acatamento devidos, apresentar

CONTRAMINUTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto por Serpav Comércio e Pavimentação Ltda., nos autos do procedimento de Pregão Eletrônico em Epígrafe, tendo em vista os fatos e fundamentos de direito que passa a expor.

1. DA TESE RECURSAL TRAZIDA PELA SERPAV. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA.

Não se resignando com a habilitação da Lograr no Pregão Eletrônico nº 053/2023, a Serpav maneja o presente recurso alegando que, *verbis*, "o referido serviço constante no Atestado de Capacidade Técnica foi de 01/02/2021 à 01/03/2021, portanto 30 (trinta) dias corridos de operação, o que não é o suficiente para comprovar a capacidade técnica operacional em um contrato que terá 12 (doze) meses de duração".

Alega, ainda, que a Lograr não teria habilitação para prestação de serviços de manutenção e operação de usina de asfalto a quente, a qual somente poderia ser realizada por engenheiro mecânico ou eletricista.

Conforme será demonstrado a seguir, o recurso interposto pela Serpav é manifestamente improcedente.

1.1. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 3º, ao estabelecer a base conceitual dos procedimentos licitatório, vinculou, não só a Administração Pública, como o próprio particular, ao dever de obediência e vigilância aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Para maior clareza, cita-se o texto normativo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Concessa venia, o caso em voga nos chama especial atenção para os desdobramentos do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade, os quais, à luz da histórica e remansosa jurisprudência do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, traduz a regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. LEILÃO JUDICIAL. EDITAL. VEÍCULO AUTOMOTOR. DESTINAÇÃO COMO SUCATA. IMPOSSÍVEL LICENCIAMENTO. VINCULAÇÃO. PRECEDENTE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA. 1 (...) 2. Do exame dos autos, infere-se que o edital do leilão judicial foi claro ao prever que o bem estava sendo leilado como sucata (fl. 75), sendo aplicável ao caso a jurisprudência histórica de que o "princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame" (REsp 354.977/SC, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, DJ 9.12.2003, p. 213.). Recurso ordinário improvido. (RMS 44.493/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 24/02/2016)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONSÓRCIO DE EMPRESAS. LEGITIMIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. REGRAS DO EDITAL. INTERPRETAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. (...) . 3. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame. 4. (...) (AgRg no AREsp 458.436/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014)

RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. LEILÃO. EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EDITAL FAZ LEI ENTRE AS PARTES. – O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes. (REsp 354.977/SC, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, julgado em 18.11.2003, DJ 9.12.2003, p. 213.)

A propósito, o C. Tribunal de Contas da União (TCU), no bojo do Acórdão 2.730/2015-Plenário, sob a relatoria do ilustre Ministro Bruno Dantas, deixou assente que: “Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.” (sem destaques no original)

Fica claro, indene de dúvidas, que, tal como o firme posicionamento do C. STJ, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é na esteira de que a Administração Pública deve positivar as suas ações em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de tal modo que as propostas em desacordo com o instrumento convocatório devem ser desclassificadas.

Como se vê, o princípio da vinculação, previsto no artigo 41, da Lei 8.666/90, tem como alvo precípua obstar a Administração ao descumprimento das normas contidas no edital. Sob esse prisma, o princípio da vinculação se traduz no imperativo de que o instrumento convocatório é “lei entre as partes”, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame.

No caso em exame, justamente em decorrência do Princípio da Vinculação ao Instrumento convocatório, sequer poderia a Administração Pública promotora do presente certame deixar de aceitar um atestado de capacidade técnica em virtude do tempo de experiência na execução do serviço nele veiculado. **Tal exigência temporal não constou no edital que rege o presente procedimento licitatório** e, portanto, repita-se, não pode ser exigido pela Administração Municipal.

E, ainda, caso exigência dessa natureza houve, estaria o edital em manifesto conflito com o artigo 30, §5º, da Lei 8.666/93, que assim prevê:

Art. 30 (...)

§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

Diante do exposto, não há que se falar em exigência temporal para atestados de capacidade técnica, a qual, acertadamente, não foi exigida pelo edital de regência do presente certame.

De mais a mais, não se pode deixar de considerar que também é a Lograr Engenharia quem foi contratada por meio dos contratos nº 301/2022 e 443/2021, deste Município de São José do Vale do Rio Preto para executar, dentre outros serviços, o de manutenção preventiva e corretiva em usina de asfalto.

Igualmente, é totalmente descabido falar na imprestabilidade do atestado de capacidade técnica apresentado pela Lograr, por meio do engenheiro e sócio Edward da Costa Silva Netto. Isso porque, a usina de asfalto se constitui em meio de usinagem do produto final utilizado no capeamento e recapeamento de vias, razão pela qual, a atividade de manutenção desse tipo de maquinário é inerente à especialização do Engenheiro Civil.

Não é por outra razão que o CREA emite a Certidão de Acervo Técnico para esse tipo de atividade em favor do profissional Engenheiro Civil.

Ora, como verdadeiro ato administrativo que é, praticado legitimamente por uma entidade de classe, a Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA possui os atributos de legalidade, legitimidade e veracidade, razão pela qual não cabe a uma empresa tentar infirmá-lo em sede de recurso administrativo em procedimento licitatório.

2. DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, requer-se o improvimento do recurso administrativo interposto por Serpav Comércio e Pavimentação Ltda., ante a sua manifesta improcedência.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Vitória (ES), 31 de outubro de 2023.

EDWARD DA
COSTA SILVA
NETTO

Assinado de forma digital
por EDWARD DA COSTA
SILVA NETTO
Dados: 2023.11.01 07:09:22
-03'00'

LOGRAR
ENGENHARIA
LTDA:255194330001
89

Assinado de forma digital
por LOGRAR ENGENHARIA
LTDA:25519433000189
Dados: 2023.10.31 21:25:17
-03'00'

LOGRAR ENGENHARIA EIRELI
25.519.433/0001-89
Edward da Costa Silva Netto
Socio-Administrador
CPF 058.845.397-89

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL
LOGRAR ENGENHARIA LTDA- EPP
CNPJ Nº 25.519.433/0001-89**

EDWARD DA COSTA SILVA NETTO, brasileiro, casado sob regime parcial de bens, empresário, natural da cidade de Itaocara – RJ, data de nascimento 02/07/1988, portador da Carteira de Identidade (RG) nr. 20.339.937-0 expedida por Detran/RJ em 29/06/2011, e CPF nº 058.845.397-89, residente e domiciliado na cidade de Vila Velha – ES, na Rua Maria de Oliveira Mares Guia, nº 101, Edifício Torre Roma, Aptº 1103, Praia de Itaparica, Vila Velha - ES, CEP 29.102-245;

O único sócio que compõe a Sociedade Empresária Limitada Unipessoal denominada **LOGRAR ENGENHARIA LTDA- EPP**, estabelecida na Rua Piracicaba, nº300, Letra D, Jardim Marilândia, Vila Velha –ES, Cep:29.112-170, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES sob o Nire nº. 32202826046, em 11/08/2016, inscrita no CNPJ (MF) nº. 25.519.433/0001-89, delibera de pleno e comum acordo ajustar a presente alteração, consolidação, nos termos da Lei nº10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade passará a exercer suas atividades no endereço sito à Rua Dionísio Rosendo, nº81, Centro, Vitória –ES, Cep:29.010-100.

CLÁUSULA TERCEIRA– As cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

**EM FACE À MODIFICAÇÃO ORA AJUSTADA, CONSOLIDA-SE O CONTRATO
SOCIAL, NOS TERMOS DA LEI NR. 10.406/2002, MEDIANTE AS CONDIÇÕES
E CLAUSULAS SEGUINTE:**

EDWARD DA COSTA SILVA NETTO, brasileiro, casado sob regime parcial de bens, empresário, natural da cidade de Itaocara – RJ, data de nascimento 02/07/1988, portador da Carteira de Identidade (RG) nr. 20.339.937-0 expedida por Detran/RJ em 29/06/2011, e CPF nº 058.845.397-89, residente e domiciliado na cidade de Vila Velha – ES, na Rua Maria de Oliveira Mares Guia, nº 101, Edifício Torre Roma, Aptº 1103, Praia de Itaparica, Vila Velha - ES, CEP 29.102-245;

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade fundada em 11 de agosto de 2016 registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES sob o Nire 32202826046, gira sob o nome empresarial **LOGRAR ENGENHARIA LTDA - EPP**.

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL
LOGRAR ENGENHARIA LTDA- EPP
CNPJ Nº 25.519.433/0001-89

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sede e domicílio Rua Dionísio Rosendo, nº81, Centro, Vitória –ES, Cep:29.010-100.

CLÁUSULA TERCEIRA— A sociedade poderá a qualquer tempo, manter e encerrar filiais e escritórios em qualquer localidade do país, mediante alteração contratual assinada por seu titular.

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade tem por objeto social:

Serviços de engenharia; Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção, exceto tratores; Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; Coleta de resíduos não perigosos; Construção de edifícios; Construção de rodovias e ferrovias; Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; Construção de estações e redes de telecomunicações; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Obras portuárias, marítimas e fluviais; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de terraplenagem; Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente; Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; Outras obras de instalação em construções não especificados anteriormente; Impermeabilização em obras de engenharia civil; Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material; Outras obras de acabamento da construção; Obras de fundações; Obras de alvenaria; Comércio atacadista de equipamentos de informática; Comercio atacadista de suprimentos para informática; Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; Comercio atacadista especializado de matérias de construção não especificados anteriormente; Comercio atacadista de materiais de construção em geral; Serviços de arquitetura; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Limpeza em prédios e em domicílios;

Exerce as seguintes atividades:

CNAE – 71.12-0-00 – Serviços de engenharia;

CNAE – 28.29-1-99 – Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios;

CNAE – 33.14-7-17 – Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção, exceto tratores;

CNAE – 37.02-9-00 – Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPessoal
LOGRAR ENGENHARIA LTDA- EPP
CNPJ Nº 25.519.433/0001-89**

CNAE – 38.11-4-00 – Coleta de resíduos não-perigosos;
 CNAE – 41.20-4-00 – Construção de edifícios;
 CNAE – 42.11-1-01 – Construção de rodovias e ferrovias;
 CNAE – 42.11-1-02 – Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos;
 CNAE – 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
 CNAE – 42.21-9-03 – Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica;
 CNAE – 42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações;
 CNAE – 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
 CNAE – 42.91-0-00 – Obras portuárias, marítimas e fluviais;
 CNAE - 42.99-5-01 – Construção de instalações esportivas e recreativas;
 CNAE – 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem;
 CNAE – 43.19-3-00 – Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente;
 CNAE – 43.22-3-01 – Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
 CNAE – 43.22-3-02 – Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração;
 CNAE – 43.29-1-04 – Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
 CNAE – 43.29-1-99 – Outras obras de instalação em construções não especificados anteriormente;
 CNAE – 43.30-4-01 – Impermeabilização em obras de engenharia civil;
 CNAE – 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;
 CNAE – 43.30-4-99 – Outras obras de acabamento da construção;
 CNAE – 43.91-6-00 – Obras de fundações;
 CNAE – 43.99-1-03 – Obras de alvenaria;
 CNAE – 46.51-6-01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática;
 CNAE – 46.51-6-02 – Comercio atacadista de suprimentos para informática;
 CNAE – 46.52-4-00 – Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação;
 CNAE – 46.79-6-04 – Comercio atacadista especializado de matérias de construção não especificados anteriormente;
 CNAE – 46.79-6-99 – Comercio atacadista de materiais de construção em geral;
 CNAE – 71.11-1-00 – Serviços de arquitetura;
 CNAE – 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
 CNAE – 81.21-4-00 – Limpeza em prédios e em domicílios;

CLÁUSULA SEXTA - O prazo de duração da empresa é indeterminado.

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL
LOGRAR ENGENHARIA LTDA- EPP
CNPJ Nº 25.519.433/0001-89**

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERENCIA DAS QUOTAS

CLAUSULA SETIMA - A sociedade tem capital de R\$ 1.280.000,00 (Um milhão duzentos e oitenta mil reais), dividido em 1.280.000 (Um milhão e duzentos e oitenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizadas em moeda corrente do país pelo titular da seguinte forma:

| Titular | Quotas | Valor |
|------------------------------------|------------------|-------------------------|
| EDWARD DA COSTA SILVA NETTO | 1.280.000 | R\$ 1.280.000,00 |
| Total | 1.280.000 | R\$ 1.280.000,00 |

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - A administração da sociedade será exercida pelo **EDWARD DA COSTA SILVA NETTO**, anteriormente qualificado, cabendo a ele, a fixação do valor da retirada mensal, assim como, a forma de distribuição dos resultados.

CLÁUSULA NONA - Caberá ao administrador, assinando isoladamente, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para:

- a) representar a empresa em juízo e/ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como, autarquias, sociedades de economia mista e entidades para estatais;
- b) assinar quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive cheques, escrituras, títulos de dívidas, cambiais, ordens de pagamento e outros.

Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela empresa deverão ser assinadas pelo administrador e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado.

Parágrafo Segundo - A alienação ou oneração de bens imóveis somente poderá efetivar-se mediante a aprovação do titular, representando a totalidade do acervo.

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL
LOGRAR ENGENHARIA LTDA- EPP
CNPJ Nº 25.519.433/0001-89**

Parágrafo Terceiro - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à empresa, os atos do titular, procuradores ou funcionários que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando previamente aprovado pelo titular.

Parágrafo Quarto: Em tendo ocorrido o falecimento ou interdição do titular, o inventariante ou o curador, respectivamente, não terão poderes de administração, a menos que sejam da mesma categoria profissional do falecido ou interdito.

DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - As modificações do ato, mediante deliberação do titular, deverão observar as disposições contidas nos artigos 1071/1080 do Código Civil.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O exercício terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. A empresa poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os lucros líquidos ou prejuízos apurados serão distribuídos ao titular.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Em caso de dissolução e liquidação da sociedade, será o liquidante escolhido pelo titular, representando a totalidade do capital. Nessa hipótese, os haveres da empresa serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre o titular em proporção ao número de quotas que possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A retirada, exclusão, falecimento ou interdição do titular, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o remanescente, pelo prazo previsto em lei, a menos que este resolva liquidá-la. Em caso de falecimento ou incapacidade judicialmente declarada, os herdeiros ou sucessores do titular falecido ou incapacitado poderão ingressar na sociedade em sua substituição.

Parágrafo Primeiro - Nos casos previstos pelo "caput" desta cláusula, somente poderão ingressar na sociedade, profissionais que atendam as exigências previstas na

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL
LOGRAR ENGENHARIA LTDA- EPP
CNPJ Nº 25.519.433/0001-89**

legislação pertinente às organizações contábeis.

Parágrafo Segundo - Em tendo ocorrido o falecimento ou interdição de um do titular, o inventariante ou o curador, respectivamente, não terão poderes de administração, a menos que sejam da mesma categoria profissional do falecido ou interdito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O titular declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

PORTE EMPRESARIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– Declaro para os devidos e sob as penas da lei, o enquadramento da empresa como Empresa de Pequeno Porte – EPP, onde a receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, q que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. Em atendimento ao disposto na Lei Complementar no 123/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para as controvérsias que forem incompatíveis de serem solucionadas pelo procedimento arbitral, por não versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis, fica eleito o foro do Município de Vitória, Estado de Espírito Santo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. O foro ora eleito também será competente para o processamento e a execução da sentença arbitral.

E, por estar assim justo e contratado, assina este instrumento.

Vitória (ES), 05 de maio de 2022.

EDWARD DA COSTA SILVA NETTO

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LOGRAR ENGENHARIA LTDA consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| CPF/CNPJ | Nome |
| 05884539789 | EDWARD DA COSTA SILVA NETTO |



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/05/2022 14:13 SOB N° 20220670684.
PROTOCOLO: 220670684 DE 17/05/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12206412998. CNPJ DA SEDE: 25519433000189.
NIRE: 32202826046. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/05/2022.
LOGRAR ENGENHARIA LTDA

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|---|---|--------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.519.433/0001-89 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 11/08/2016 |
|---|---|--------------------------------|

| |
|--|
| NOME EMPRESARIAL LOGRAR ENGENHARIA LTDA |
|--|

| | |
|---|-----------------|
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LOGRAR ENGENHARIA | PORTE DEMAIS |
|---|-----------------|

| |
|--|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia |
|--|

| |
|--|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 28.29-1-99 - Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios 33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente 43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil |
|--|

| |
|--|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada |
|--|

| | | |
|----------------------------------|--------------|----------------------|
| LOGRADOURO R DIONISIO ROSENDO | NÚMERO 81 | COMPLEMENTO ***** |
|----------------------------------|--------------|----------------------|

| | | | |
|-------------------|---------------------------|----------------------|----------|
| CEP 29.010-100 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO VITORIA | UF ES |
|-------------------|---------------------------|----------------------|----------|

| | |
|--|----------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@LOGRARENGENHARIA.COM.BR | TELEFONE (27) 3219-0481 |
|--|----------------------------|

| |
|--|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** |
|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/08/2016 |
|-----------------------------|--|

| |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

| | |
|----------------------------|------------------------------------|
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** |
|----------------------------|------------------------------------|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 05/10/2023 às 15:04:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|--|---|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.519.433/0001-89 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 11/08/2016 |
|--|---|---------------------------------------|

| |
|---|
| NOME EMPRESARIAL LOGRAR ENGENHARIA LTDA |
|---|

| |
|---|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 43.91-6-00 - Obras de fundações 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática 46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação 46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios |
|---|

| |
|---|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada |
|---|

| | | |
|---|---------------------|----------------------|
| LOGRADOURO R DIONISIO ROSENDO | NÚMERO 81 | COMPLEMENTO ***** |
|---|---------------------|----------------------|

| | | | |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| CEP 29.010-100 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO VITORIA | UF ES |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------|

| | |
|---|-----------------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@LOGRARENGENHARIA.COM.BR | TELEFONE (27) 3219-0481 |
|---|-----------------------------------|

| |
|--|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** |
|--|

| | |
|------------------------------------|---|
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/08/2016 |
|------------------------------------|---|

| |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

| | |
|----------------------------|------------------------------------|
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** |
|----------------------------|------------------------------------|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/10/2023** às **15:04:56** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

| | | | |
|---|--|-------------------------------------|--|
|   | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO | |  |
| | CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN | | |
|    | 2º 1º NOME E SOBRENOME EDWARD DA COSTA SILVA NETTO | | 1ª HABILITAÇÃO 23/11/2006 |
| | 3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 02/07/1988, ITAOCARA, RJ | | |
| | 4a DATA EMISSÃO 10/02/2023 | 4b VALIDADE 23/08/2032 | ACC  |
| | 4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 762265146 MTPS RJ | | |
| | 4d CPE 58.845.397-89 | 5 Nº REGISTRO 03977987628 | 3 CAT HAB B |
| | NACIONALIDADE BRASELEIRO | | |
| FILIAÇÃO MOYSES ARAUJO DA SILVA | | | |
| MARILZA ROSA DA SILVA | | | |

256849921

ESPÍRITO SANTO

| 9 | 10 | 11 | 12 |
|-----|----|------------|----|
| ACC | | | |
| A | | | |
| A1 | | | |
| B | | 23/08/2032 | |
| B1 | | | |
| C | | | |
| C1 | | | |

| 9 | 10 | 11 | 12 |
|------|----|----|----|
| D | | | |
| D1 | | | |
| BE | | | |
| CE | | | |
| C1E | | | |
| DE | | | |
| DTIE | | | |

12 OBSERVAÇÕES

A

LOCAL

VITORIA, ES

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

12405741825

ES368360342

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAM

2. 2. 1. Nome e Sobrenome / Name / Surname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA039779876<288<<<<<<<<<
8807021M3208232BRA<<<<<<<<<8
EDWARD<<DA<COSTA<SILVA<NETTO<<



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 301/2022

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE USINA DE ASFALTO, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DE C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) INCLUINDO EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, PARA SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, E DO OUTRO A EMPRESA LOGRAR ENGENHARIA LTDA – EPP, NA FORMA ABAIXO:

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, em repartição competente, atendendo aos despachos exarados no Processo Administrativo nº 7131/2022, compareceram, de um lado como **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, Ente de direito público interno, com sede à Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Novo Centro, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.001.836/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito, **Gilberto Martins Esteves**, brasileiro, contabilista, portador da CRC/RJ n.º 077162/O-8 e do CPF n.º 920.134.577-15, residente e domiciliado à Rua Alberto Martins Esteves, nº 33, Novo Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP: 25.780-000, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa **LOGRAR ENGENHARIA LTDA – EPP**, localizada na Rua Dionísio Rosendo, nº 81, Centro, Vitória - ES, CEP 29.010-100, inscrita no CNPJ sob nº 25.519.433/0001-89, representada pelo Sr. **Edward da Costa Silva Netto**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 20.339.937-0, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 058.845.397-89, residente e domiciliado a Rua Maria de Oliveira, nº 101, apto. 1103, Edifício Torre Roma, Praia de Itaparica, Vila Velha – ES, para celebração do presente Contrato, dentro das seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto deste, contratação de serviços de operação e manutenção de usina de asfalto, transporte e aplicação de C.B.U.Q (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) incluindo equipamentos específicos e mão-de-obra especializada, para atendimento da Secretaria de Planejamento e Gestão, para serviços de pavimentação nas vias públicas de São José do Vale do Rio Preto, nos moldes dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII do Pregão nº 026/2022, Processo nº 4448/2022 ao Município de São José do Vale do Rio Preto, conforme especificações, quantitativos, marcas e valores especificados abaixo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

1.2. Especificação do objeto:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---------------------|---|-------|-------|------------|------------------|----------------|
| 1 | Serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva em usina de asfalto modelo margui com produção de 20 TON/H, inclusive reposição de peças | N/D | Mês | 3,00 | R\$ 72.700,00 | R\$ 218.100,00 |
| 2 | Pintura de ligação em duas camadas, inclusive fornecimento de material | N/D | m² | 35.294,118 | R\$ 6,80 | R\$ 240.000,00 |
| 3 | APLICAÇÃO DE C B U Q. 6 CM ESPESSURA, CONSIDERANDO 3,00 CM DE BINDER E 3,00 CM DE CAPA, INCLUSIVE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA, LIMPEZA DE PISTA, TRANSPORTE, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MECÂNICA | N/D | T. | 3.000,00 | R\$ 190,00 | R\$ 570.000,00 |
| TOTAL DO FORNECEDOR | | | | | R\$ 1.028.100,00 | |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

2.1. O fornecimento ora contratado deverá ser prestado pelo prazo de 10 (dez) meses, após a assinatura do presente contrato, iniciando-se em 01 de setembro de 2022 e findando-se em 01 de julho de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS:

3.1. O fornecimento dos serviços deste contrato será solicitado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, de acordo com a cláusula quarta deste contrato e deverão obedecer aos prazos e condições elencados, conforme edital e anexos bem como o Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão realizados conforme:

| SECRETARIA SOLICITANTE | LOCAL | ENDEREÇO |
|-------------------------------------|--|--|
| Secretaria de Planejamento e Gestão | A ser definido pela Secretaria Solicitante | A ser definido pela Secretaria Solicitante |
| HORÁRIO | | A ser definido pela Secretaria Solicitante |

4.2. A prestação dos serviços deverão ser realizados de acordo com o Termo de Referência (Anexo V).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.3. Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados, de acordo com a solicitação da Prefeitura, através da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme programação do dia e hora pré-agendada.

4.4. O solicitante rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do edital e seus anexos.

4.5. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

4.6. Serviços que foram executados não satisfatoriamente lavrar-se-á um termo de recusa, no qual se consignaram desconformidades como objeto descrito no item 1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA PAGAMENTO:

5.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data final do adimplemento de cada fornecimento;

5.1.1. Para processar-se o pagamento, o CONTRATADO deverá dar entrada no Protocolo Geral, do Município munido da documentação necessária, inclusive da Nota de Empenho;

5.2. Para atestar a prestação dos serviços, a Secretaria solicitante terá o prazo de cinco dias úteis, contados da data de recebimento do objeto;

5.2.1. A Secretaria não poderá receber os serviços diferentes do objeto deste contrato, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato, incluindo a marca e especificações.

5.2.2. Fica convencionado que eventual protesto de título executivo somente se dará após 90 (noventa) dias do término do prazo estabelecido no item 5.1.

5.2.3. Caso não seja observada o convencionado no item 5.3, a contratada suportará exclusivamente as custas incidentes inerentes ao ato, devendo providenciar a baixa do eventual protesto às suas expensas em prazo de até 3 (três) dias úteis após a notificação do município, sob pena de multa de até 10% (dez por cento).

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

6.1. Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$ 1.028.100,00 (Um milhão, vinte e oito mil e cem reais), sendo os valores unitários os descritos na cláusula 1.2.;

6.2. Neste valor deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;

6.3. A prestação dos serviços de operação e manutenção de usina de asfalto, transporte e aplicação de C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), incluem os custos com mão de obra, operador, auxiliar, combustíveis para os equipamentos de aplicação, ferramentas, manutenção corretiva e preventiva, exclusive o fornecimento de insumos, (materiais pétreos e óleos combustíveis), e peças de reposição para a usina de asfalto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DE EXECUÇÃO:

7.1. A avaliação dos serviços prestados será realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, por ocasião da prestação do serviço.

7.1.2 A fiscalização da contratação será exercida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão através do Fiscal deste contrato, conforme informados abaixo:

- **Bernard de Oliveira Casamasso – Mat.: 3746;**

7.2. Após início da prestação dos serviços, a fiscalização avaliará a qualidade do serviço prestado e, constatando que o serviço foi executado em desacordo com o especificado, a fiscalização notificará por escrito a CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

7.3. A avaliação da qualidade da prestação do serviço não exclui a responsabilidade da empresa contratada pela qualidade do serviço prestado fora dos limites estabelecidos em lei, ou das especificações constantes neste contrato.

7.4. A ausência de qualidade dos serviços ensejará em suspensão do pagamento, podendo haver rescisão contratual, conforme análise dos fiscais de contrato informados na cláusula 7.1.2.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE E DO CONTRATADO:

8.1. DO CONTRATANTE:

8.1.1. Fiscalizar a execução do contrato através da Secretaria solicitante e fiscal.

8.1.2. Realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização dos serviços prestados e atestar a conclusão das mesmas;

8.1.3. Exigir da contratada apresentação das Notas Fiscais correspondentes às prestações dos serviços para pagamento aceitas pela fiscalização da contratante;

8.1.4. Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

8.1.5. Exigir o cumprimento do objeto desta licitação, segundo suas especificações, prazos e demais condições;

8.1.6. Acompanhar a execução da locação e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

8.1.7. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada;

8.1.8. Solicitar a contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

8.1.9. Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do contrato, em registro próprio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8.1.10. É Obrigação da prefeitura, através da Secretaria de Planejamento e Gestão, impreterivelmente fornecer todos os insumos (Material britado, CAP - Concreto Asfáltico de Petróleo e óleos combustíveis) necessário a usinagem do C.B.U.Q. Na data e hora agendada com a contratada.

8.1.11. O material bruto necessário para execução dos serviços tais como pedra, pó de pedra, bica corrida, areia e CAP, etc, será fornecido pela CONTRATANTE.

8.1.12. Apresentar fatura de acordo como serviço executado e programado pela Equipe Técnica.

8.1.13. Todos os equipamentos como EPI, cavadeira, enxada, pá, etc, necessários para execução do serviço serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.1.14. Equipamentos de pintura de ligação – espargidor, acabadora de arrasto e ou vibroacabadora, rolo compactador e caminhões basculas para transporte será fornecido pela CONTRATADA.

8.1.15. Após a execução do serviço informado na Ordem de Fornecimento, o CONTRATANTE indicará um responsável técnico que irá fazer a vistoria e avaliação do serviço de forma a poder atestar o fiel cumprimento conforme delimitado nos termos deste processo licitatório.

8.1.16. É de responsabilidade da CONTRATADA toda a limpeza do local após a execução do serviço, devendo deixar de forma que possibilite o trânsito de pedestres e veículos em segurança.

8.2. DA CONTRATADA:

8.2.1. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.2.2. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.2.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.2.7. A empresa contratada deverá possuir responsável técnico para o serviço.

8.2.8. Os contratos de fornecimento apenas estarão caracterizados após o recebimento pela CONTRATADA das ordens de fornecimento emitidas, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente Nota de Empenho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8.2.9. A CONTRATADA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da presente ata de registro de preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final.

8.2.10. As notas fiscais, a CONTRATADA fará constar os números dos itens correspondentes a cada entrega;

8.2.11. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione ao Município ou a terceiros, em razão da execução do fornecimento decorrente do presente contrato;

8.2.12. A CONTRATADA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos serviços;

8.2.13. A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais;

8.2.14. A CONTRATADA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;

8.2.15. A CONTRATADA estará obrigada a manter-se durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, perante os requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidas neste Edital.

8.2.16. Aplica-se neste contrato todas as demais condições, obrigações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos do qual se originou o presente Contrato, em especial todas as exigências do Termo de Referência.

8.2.17. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.

8.2.18. A CONTRATADA responderá por quaisquer ônus advindos da não execução dos serviços nos locais e datas avençadas.

8.2.19. Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão ser comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.2.20. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.

8.2.21. Os serviços objeto deste instrumento deverá ser executados, de acordo com a solicitação da Prefeitura, através das secretarias solicitantes, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada.

8.2.22. A contratada deverá prestar serviços nos dias e nos horários estipulados pelo contratante, bem como em casos extraordinários aos sábados, domingos e feriados,

8.2.23. A CONTRATADA deverá apresentar no ato da contratação a Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor para os veículos de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito (CNT);

8.2.24. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme estabelecido no Art. 70 da Lei nº 8.666/93;

8.2.25. A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme o Art. 71 da Lei nº 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.2.27.** A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e de qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.28.** Prestar os serviços contratados com presteza, assiduidade e exatidão, executando-os da maneira mais rápida e econômica possível, sem desrespeitar, entretanto, as determinações legais aplicáveis à espécie.
- 8.2.29.** Ser pontual no atendimento às programações agendadas pela CONTRATANTE e manter a urbanidade no trato com os usuários.
- 8.2.30.** Iniciar o Serviço de acordo com a programação da equipe técnica, a partir da Adjudicação.
- 8.2.31.** A execução dos serviços será da inteira responsabilidade única e exclusivamente da Contratada.
- 8.2.32.** Fica proibido de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Contratante.
- 8.2.33.** Apresentar fatura de acordo como serviço executado e programado pela Equipe Técnica.
- 8.2.34.** Todos os equipamentos como EPI, cavadeira, enxada, pá, etc, necessários para execução do serviço serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.2.35.** Equipamentos de pintura de ligação – espargidor, acabadora de arrasto e ou vibroacabadora, rolo compactador e caminhões basculas para transporte será fornecido pela CONTRATADA.
- 8.2.36.** Após a execução do serviço informado na Ordem de Fornecimento, o CONTRATANTE indicará um responsável técnico que irá fazer a vistoria e avaliação do serviço de forma a poder atestar o fiel cumprimento conforme delimitado nos termos deste processo licitatório.
- 8.2.37.** É de responsabilidade da CONTRATADA toda a limpeza do local após a execução do serviço, devendo deixar de forma que possibilite o trânsito de pedestres e veículos em segurança.
- 8.2.38.** A Prestação de serviços de operação e manutenção de usina de asfalto, transporte e aplicação de C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), deverão estar de acordo com o objeto deste Termo de Referência.
- 8.2.39.** Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.
- 8.2.40.** A Contratada compromete-se a prestar os serviços objeto desta licitação, com todos os equipamentos necessários e próprios, mencionados acima.
- 8.2.41.** A Contratada responderá por quaisquer ônus advindos da não execução dos serviços nos locais e datas avençadas.
- 8.2.42.** Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados, de acordo com a solicitação da Prefeitura, através da Secretaria de Planejamento e Gestão, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada.
- 8.2.43.** Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão ser comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.2.27.** A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e de qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.28.** Prestar os serviços contratados com presteza, assiduidade e exatidão, executando-os da maneira mais rápida e econômica possível, sem desrespeitar, entretanto, as determinações legais aplicáveis à espécie.
- 8.2.29.** Ser pontual no atendimento às programações agendadas pela CONTRATANTE e manter a urbanidade no trato com os usuários.
- 8.2.30.** Iniciar o Serviço de acordo com a programação da equipe técnica, a partir da Adjudicação.
- 8.2.31.** A execução dos serviços será da inteira responsabilidade única e exclusivamente da Contratada.
- 8.2.32.** Fica proibido de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Contratante.
- 8.2.33.** Apresentar fatura de acordo como serviço executado e programado pela Equipe Técnica.
- 8.2.34.** Todos os equipamentos como EPI, cavadeira, enxada, pá, etc, necessários para execução do serviço serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.2.35.** Equipamentos de pintura de ligação – espargidor, acabadora de arrasto e ou vibroacabadora, rolo compactador e caminhões basculas para transporte será fornecido pela CONTRATADA.
- 8.2.36.** Após a execução do serviço informado na Ordem de Fornecimento, o CONTRATANTE indicará um responsável técnico que irá fazer a vistoria e avaliação do serviço de forma a poder atestar o fiel cumprimento conforme delimitado nos termos deste processo licitatório.
- 8.2.37.** É de responsabilidade da CONTRATADA toda a limpeza do local após a execução do serviço, devendo deixar de forma que possibilite o trânsito de pedestres e veículos em segurança.
- 8.2.38.** A Prestação de serviços de operação e manutenção de usina de asfalto, transporte e aplicação de C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), deverão estar de acordo com o objeto deste Termo de Referência.
- 8.2.39.** Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.
- 8.2.40.** A Contratada compromete-se a prestar os serviços objeto desta licitação, com todos os equipamentos necessários e próprios, mencionados acima.
- 8.2.41.** A Contratada responderá por quaisquer ônus advindos da não execução dos serviços nos locais e datas avençadas.
- 8.2.42.** Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados, de acordo com a solicitação da Prefeitura, através da Secretaria de Planejamento e Gestão, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada.
- 8.2.43.** Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão ser comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8.2.44. Os funcionários determinados pela Contratada para a prestação dos serviços objeto do presente certamente deverão preencher os seguintes requisitos:

8.2.45. Comparecer ao trabalho, trajando uniforme completo e adequado ao desempenho das atividades;

8.2.46. Serviços que foram executados não satisfatoriamente lavrar-se-á um termo de recusa, no qual se consignaram desconformidades como objeto descrito no item 1 deste Termo de Referência.

8.2.47. Fica responsável pela fiscalização dos serviços o servidor.

8.2.48. Os equipamentos e veículos deverão estar devidamente identificados.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Reserva da Dotação Orçamentária de nº 1091/2022 - Elemento: nº 3.3.90.39.00.00.00.00.0704 – Manutenção das Atividades da SOPUT – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

10.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração;

10.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

10.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I e IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.2. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

11.2.1. multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o **prazo de fornecimento**, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

11.2.2. multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

11.3. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

11.4. As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

11.7. Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

11.7.1. Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

11.7.2. multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

11.7.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

11.7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.8. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

11.9. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

11.9.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José do Vale do Rio Preto, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legais efeitos.

São José do Vale do Rio Preto, Em 01 de setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Contratante

Gilberto Martins Esteves

Prefeito

LOGRAR ENGENHARIA LTDA – EPP

Contratada

Edward da Costa Silva Netto

CPF nº 058.845.397-89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado no Diário Oficial do Município

Edição nº 2584 Folhas nº 01

Em 13 de Setembro de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 443/2021

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE USINA DE ASFALTO, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DE C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) INCLUINDO EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, PARA SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ E DO OUTRO COMO CONTRATADA A EMPRESA LOGRAR ENGENHARIA LTDA – EPP, NA FORMA ABAIXO.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, em repartição competente, atendendo ao despacho exarado no Processo Administrativo nº 9875/2021, compareceram, de um lado como **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, Ente de direito público interno, com sede à Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, São José do Vale do Rio Preto –RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 32.001.836/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **Gilberto Martins Esteves**, brasileiro, contabilista, portador da CRC/RJ nº 077162/O-8, e do CPF nº 920.134.577-15, residente e domiciliado à Rua Alberto Martins Esteves, nº 33, Novo Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP: 25.780-000, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa **LOGRAR ENGENHARIA LTDA – EPP**, localizada na Rua Piracicaba, nº 300, Letra D, Jardim Marilândia, Vila Velha – ES, CEP: 29.112-170, inscrita no CNPJ sob nº 25.519.433/0001-89, representada pelo Sr. **Edward da Costa Silva Netto**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de Identidade nº 20.339.937-0, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no C.P.F. sob o nº 058.845.397-89, residente e domiciliado a Rua Maria de Oliveira Mares Guia, nº 101, Apto. 1103, Edifício Torre Roma, Praia de Itaparica, Vila Velha – ES, para celebração do presente Contrato, dentro das seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente, a prestação de serviços de operação e manutenção de usina de asfalto, transporte e aplicação de C.B.U.Q (concreto betuminoso usinado a quente) incluindo equipamentos específicos e mão-de-obra especializada, para atendimento da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, para serviços de pavimentação nas vias públicas de São José do Vale do Rio Preto, a serem prestados pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2021, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, do Pregão nº 083/2021, processo administrativo 5645/2021, ao Município de São José do Vale do Rio Preto, conforme especificações, quantitativos, marcas e valores especificados abaixo.

1.2. Discriminação do objeto:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|--|-------|--------|-------------|-------------|
| 1 | Serviços de manutenção de operação, manutenção preventiva e corretiva em usina | Mês | 1 | 58.000,00 | 58.000,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| | | | | | |
|----------------------|--|----------------|------------|--------|------------|
| | de asfalto modelo Margui, com produção de 20 Toneladas H, inclusive reposição de peças. | | | | |
| 2 | Pintura de ligação em duas camadas, inclusive fornecimento de material. | m ² | 12.897,825 | 5,50 | 70.938,04 |
| 3 | Aplicação de C.B.U.Q 6 cm de espessura, considerando 3 cm binder e 3 cm de capa, inclusive sinalizações de segurança, limpeza de pista, transporte, espalhamento e compactação mecânica. | T. | 3.000,00 | 183,00 | 549.000,00 |
| RS 677.938,04 | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

2.1. O fornecimento ora contratado deverá ser prestado pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após a assinatura do presente contrato, iniciando-se em 27 de dezembro de 2021 e findando-se em 25 de fevereiro de 2022.

2.2. O prazo da vigência do presente a critério da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o que dispõe a legislação pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS:

3.1. O fornecimento dos serviços deste contrato será solicitado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, de acordo com a cláusula 4.2 deste contrato e deverão obedecer aos prazos e condições elencados, conforme edital e seus anexos bem como o Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços deste contrato deverão ser realizados de acordo com a cláusula 4.2.

4.2. Os serviços serão realizados conforme informação abaixo:

| SECRETARIA SOLICITANTE | LOCAL | ENDEREÇO |
|-------------------------------------|--|---|
| Secretaria de Planejamento e Gestão | A ser definido pela Secretaria Solicitante | A ser definido pela Secretaria Solicitante |
| HORÁRIO | | A ser definido pela Secretaria Solicitante |

4.3 A prestação dos serviços de aluguel de equipamentos e contratação de mão-de-obra incluem os custos com mão-de-obra de operador e auxiliar, combustível, máquinas, equipamentos, ferramentas, insumos eventualmente necessários, manutenção e consertos.

4.4 Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados, de acordo com a solicitação da Prefeitura, através das Secretarias de Obras Públicas, Urbanização e Transporte, Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca, Indústria, Comércio e Expansão Econômica, Secretaria de Defesa Civil e Ordem Pública e Secretaria de Meio Ambiente, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada.

6 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.5 O solicitante rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do edital e seus anexos.

4.6 O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

4.7 Serviços que foram executados não satisfatoriamente lavrar-se-á um termo de recusa, no qual se consignaram desconformidades como objeto descrito no item 1 deste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA PAGAMENTO:

5.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data final do adimplemento de cada fornecimento;

5.2. Para processar-se o pagamento, o CONTRATADO deverá dar entrada no Protocolo Geral, do Município munido da documentação necessária, inclusive da Nota de Empenho;

5.2.1. Para atestar o recebimento definitivo dos serviços, a Secretaria solicitante terá o prazo de cinco dias úteis, contados da data de recebimento do objeto;

5.2.2. A Secretaria não poderá receber os serviços diferentes daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato, incluindo a marca e especificações.

5.2.3. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor responsável e apresentação das certidões de regularidade junto aos órgãos Federal, Estadual e Municipal.

5.2.4. A remuneração será mensal, considerando o total mensal de hora trabalhada de acordo com relatório assinados pelas secretarias solicitantes;

5.3. Fica convencionado que eventual protesto de título executivo somente se dará após 90 (noventa) dias do término do prazo estabelecido no item 5.1.

5.3.1. Caso não seja observada o convencionado no item 5.3, a contratada suportará exclusivamente as custas incidentes inerentes ao ato, devendo providenciar a baixa do eventual protesto às suas expensas em prazo de até 3 (três) dias úteis após a notificação do município, sob pena de multa de até 10% (dez por cento).

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

6.1. Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$ 677.938,04 (seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e trinta e oito reais e quatro centavos), sendo os valores unitários os descritos na cláusula 1.2.;

6.2. Neste valor deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;

6.3. A prestação dos serviços de aluguel de equipamentos inclui os custos com mão-de-obra de operador, combustível, máquinas, equipamentos, ferramentas, insumos eventualmente necessários, manutenção e consertos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DE EXECUÇÃO:

6 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

7.1. A avaliação da qualidade do serviço será realizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão, por ocasião da prestação dos serviços.

7.1.2. A fiscalização da contratação exercida através dos Fiscais deste contrato, conforme informados abaixo:

Bernard de Oliveira Casamasso - Matrícula 3746 e;

Brenda Magrani da Cunha - Matrícula 3756

7.2. A avaliação da qualidade do serviço não exclui a responsabilidade da empresa contratada pela qualidade do serviço prestado fora dos limites estabelecidos em lei, ou das especificações técnicas diferentes dos produtos ofertados.

7.3. A ausência de qualidade dos serviços ensejará em suspensão do pagamento, podendo haver rescisão contratual, conforme análise dos fiscais de contrato informados nas cláusulas 7.1.2 a 7.1.5.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE E DO CONTRATADO:

8.1 DO CONTRATANTE:

8.1.1 Fiscalizar a execução do contrato através da Secretaria solicitante e fiscal.

8.1.2 Realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização dos serviços prestados e atestar a conclusão das mesmas;

8.1.3 Exigir da contratada apresentação das Notas Fiscais correspondentes às prestações dos serviços para pagamento aceitas pela fiscalização da contratante;

8.1.4 Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

8.1.5 Exigir o cumprimento do objeto desta licitação, segundo suas especificações, prazos e demais condições;

8.1.6 Acompanhar a execução da locação e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

8.1.7 Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada;

8.1.8 Solicitar a contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

8.1.9 Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do contrato, em registro próprio.

8.1.10 É Obrigação da prefeitura, através da Secretaria de Planejamento e Gestão, impreterivelmente fornecer todos os insumos (Material britado, CAP - Concreto Asfáltico de Petróleo e óleos combustíveis) necessário a usinagem do C.B.U.Q. Na data e hora agendada com a contratada.

8.1.11 O material bruto necessário para execução dos serviços tais como pedra, pó de pedra, bica corrida, areia e CAP, etc, será fornecido pela CONTRATANTE.

8.2 DA CONTRATADA:

6 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.2.1** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 8.2.2** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.2.3** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.4** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 8.2.5** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.2.6** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 8.2.7** A empresa contratada deverá possuir responsável técnico para o serviço.
- 8.2.8** Os contratos de fornecimento apenas estarão caracterizados após o recebimento pela CONTRATADA das ordens de fornecimento emitidas, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente Nota de Empenho;
- 8.2.9** A CONTRATADA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da presente ata de registro de preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final.
- 8.2.10** As notas fiscais, a CONTRATADA fará constar os números dos itens correspondentes a cada entrega;
- 8.2.11** A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione ao Município ou a terceiros, em razão da execução do fornecimento decorrente do presente contrato;
- 8.2.12** A CONTRATADA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos serviços;
- 8.2.13** A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais;
- 8.2.14** A CONTRATADA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- 8.2.15** A CONTRATADA estará obrigada a manter-se durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, perante os requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidas neste Edital.
- 8.2.16** Aplica-se neste contrato todas as demais condições, obrigações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos do qual se originou o presente Contrato, em especial todas as exigências do Termo de Referência.
- 8.2.17** Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8.2.18 A CONTRATADA responderá por quaisquer ônus advindos da não execução dos serviços nos locais e datas avençadas.

8.2.19 Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão ser comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.2.20 Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.

8.2.21 Os serviços objeto deste instrumento deverá ser executados, de acordo com a solicitação da Prefeitura, através das secretarias solicitantes, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada.

8.2.22 A contratada deverá prestar serviços nos dias e nos horários estipulados pelo contratante, bem como em casos extraordinários aos sábados, domingos e feriados;

8.2.23 A CONTRATADA deverá apresentar no ato da contratação a Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor para os veículos de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito (CNT);

8.2.24 A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme estabelecido no Art. 70 da Lei nº 8.666/93;

8.2.25 A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme o Art. 71 da Lei nº 8.666/93;

8.2.26 A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e de qualificação exigidas na licitação;

8.2.27 Prestar os serviços contratados com presteza, assiduidade e exatidão, executando-os da maneira mais rápida e econômica possível, sem desprezar, entretanto, as determinações legais aplicáveis à espécie.

8.2.28 Ser pontual no atendimento às programações agendadas pela CONTRATANTE e manter a urbanidade no trato com os usuários.

8.2.29 Iniciar o Serviço de acordo com a programação da equipe técnica, a partir da Adjudicação.

8.2.30 A execução dos serviços será da inteira responsabilidade única e exclusivamente da Contratada.

8.2.31 Fica proibido de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Contratante.

8.2.32 Apresentar fatura de acordo como serviço executado e programado pela Equipe Técnica.

8.2.33 Todos os equipamentos como EPI, cavadeira, enxada, pá, etc, necessários para execução do serviço serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.2.34 Equipamentos de pintura de ligação – espargidor, acabadora de arrasto e ou vibroacabadora, rolo compactador e caminhões basculas para transporte será fornecido pela CONTRATADA.

8.2.35 Após a execução do serviço informado na Ordem de Fornecimento, o CONTRATANTE indicará um responsável técnico que irá fazer a vistoria e avaliação do serviço de forma a poder atestar o fiel cumprimento conforme delimitado nos termos deste processo licitatório.

6



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8.2.36 É de responsabilidade da CONTRATADA toda a limpeza do local após a execução do serviço, devendo deixar de forma que possibilite o trânsito de pedestres e veículos em segurança.

8.2.37 A Prestação de serviços de operação e manutenção de usina de asfalto, transporte e aplicação de C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), deverão estar de acordo com o objeto deste Termo de Referência.

8.2.38 Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.

8.2.39 A Contratada compromete-se a prestar os serviços objeto desta licitação, com todos os equipamentos necessários e próprios, mencionados acima.

8.2.40 A Contratada responderá por quaisquer ônus advindos da não execução dos serviços nos locais e datas avençadas.

8.2.41 Os serviços objeto deste instrumento, deverão ser executados de acordo com a solicitação da Prefeitura, através da Secretaria de Planejamento e Gestão, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada.

8.2.42 Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão ser comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.2.43 Os funcionários determinados pela Contratada para a prestação dos serviços objeto do presente certamente deverão preencher os seguintes requisitos:

8.2.44 Comparecer ao trabalho, trajando uniforme completo e adequado ao desempenho das atividades;

8.2.45 Serviços que foram executados não satisfatoriamente lavrar-se-á um termo de recusa, no qual se consignaram desconformidades como objeto descrito no item 1 deste Termo de Referência.

8.2.46 Fica responsável pela fiscalização dos serviços o servidor.

8.2.47 Os equipamentos e veículos deverão estar devidamente identificados.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da reserva orçamentária de nº 1968/2021, Manutenção das Atividades da SOPUT, Elemento: 3.3.90.39.00.00.0..00002 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

10.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

6 7



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração;

10.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

10.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I e IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.2. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

11.2.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o **prazo de fornecimento**, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

11.2.2. Multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

11.3. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

11.4. As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

11.7. Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços e o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

11.7.1. Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

68



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

11.7.2. Multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

11.7.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

11.7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.8. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

11.9. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;


11.9.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José do Vale do Rio Preto, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente.

12.2. E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legais efeitos.

São José do Vale do Rio Preto, Em 27 de dezembro de 2021.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Gilberto Martins Esteves
Prefeito



LOGRAR ENGENHARIA LTDA – EPP
Edward da Costa Silva Netto
Responsável Legal
CPF nº 058.845.397-89

| |
|--|
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Publicado no Diário Oficial do Município Edição nº <u>2362</u> Folhas nº <u>05</u> Em <u>27</u> de <u>dezembro</u> de <u>2021</u> |
|--|